

**SACHA CALMON NAVARRO COELHO**

# **CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO**

**18<sup>a</sup>** | revista e  
edição atualizada



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 22.02.2022

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

*Copyright © 2022 by*

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

Coelho, Sacha Calmon Navarro

Curso de direito tributário brasileiro / Sacha Calmon Navarro Coelho. – 18. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-3099-388-7

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

22-75953

CDU: 34:351.713(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Abreviaturas e Siglas Usadas .....	XXXIII
------------------------------------	--------

### Parte I

#### A Sociedade, o Direito, o Estado e o Tributo

<b>Capítulo I – O Objeto do Direito</b> .....	3
1.1. O Direito como técnica e como valor.....	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor .....	4
1.3. Direito, sociedade e história .....	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, sociedade e cultura – A experiência jurídica e a história dos homens .....	4
1.5. A moda, a moral, a religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e civilização .....	7
1.6. A inevitável ambiguidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo .....	8
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito .....	10
<b>Capítulo II – O Direito como Objeto</b> .....	12
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito .....	12
2.2. As categorias do conhecimento jurídico.....	13
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas .....	13
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias.....	15
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes .....	17
2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes .....	18
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário .....	19
2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas.....	20

2.9.	Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas .....	22
<b>Capítulo III</b>	<b>– O Objeto do Direito Tributário e o Direito Tributário como Objeto .....</b>	<b>25</b>
3.1.	A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito .....	25
3.2.	A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário .....	25
3.3.	Direito Financeiro e Direito Tributário.....	25
3.4.	A relação tributária – Cerne do Direito Tributário .....	26
3.5.	O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente.....	26
3.6.	O Direito Tributário como objeto.....	26
3.7.	Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete ....	27
3.8.	Direito Tributário e Estado .....	27
<b>Capítulo IV</b>	<b>– O Estado e suas Funções.....</b>	<b>28</b>
4.1.	O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte .....	28
4.2.	As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação.....	29
<b>Parte II</b>		
<b>O Direito Tributário que está na Constituição</b>		
<b>Capítulo I</b>	<b>– O Direito Tributário da Constituição.....</b>	<b>35</b>
1.1.	A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro .....	35
1.2.	O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários .....	36
1.3.	Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular .....	36
1.4.	República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário.....	37
1.5.	República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário.....	37
1.6.	Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro .....	39
1.7.	A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal.....	40
1.8.	Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados .....	41
1.9.	Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário.....	41
1.10.	O Estado Federal e o exercício do poder de tributar .....	42
1.11.	A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros .....	42
<b>Capítulo II</b>	<b>– Os Princípios Gerais do Sistema Tributário da Constituição.....</b>	<b>43</b>
2.1.	O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação.....	43
2.2.	A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes.....	44
2.3.	O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares .....	44
2.4.	O tributo e suas espécies – Como reparti-los .....	44
2.5.	A repartição das competências pela natureza dos fatos jurídicos.....	46

2.6.	Competência comum e privativa – As técnicas de repartição.....	47
2.7.	Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados.....	47
2.8.	A teoria dos fatos geradores vinculados e não vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte .....	48
2.9.	As técnicas constitucionais de repartição .....	48
2.10.	A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas.....	49
2.11.	A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los.....	50
2.12.	Os empréstimos compulsórios e as contribuições para fiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não vinculados .....	50
2.13.	Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.....	50
2.14.	A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições para fiscais à tricotomia .....	51
2.15.	Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições para fiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional .....	52
2.16.	A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II, do presente livro .....	52
2.17.	Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias.....	53
2.18.	O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos.....	58
2.19.	Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias .....	61
<b>Capítulo III – Lei Complementar como Agente normativo Ordenador do Sistema Tributário e da Repartição das Competências Tributárias.....</b>		62
3.1.	As leis complementares da Constituição.....	62
3.2.	As leis complementares tributárias.....	63
3.3.	O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo.....	63
3.4.	A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias .....	65
3.5.	Como operam as leis complementares em matéria tributária.....	66
3.6.	Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988.....	67
3.7.	Conflitos de competência.....	67
3.8.	Regulação das limitações ao poder de tributar .....	69
3.9.	Apreciações críticas sobre a matéria em exame .....	69
3.10.	Normas gerais de Direito Tributário .....	70
3.11.	O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular.....	71
3.12.	O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência .....	73
3.13.	Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária .....	74
3.14.	A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições.....	74

<b>Capítulo IV – Outras Regras de Repartição de Competências Tributárias</b> .....	77
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas .....	77
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico.....	78
4.3. Contribuições parafiscais – Competência – Regime jurídico .....	81
4.4. Contribuições sociais.....	84
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC, etc. ....	85
4.6. Contribuições de intervenção no domínio econômico .....	86
4.7. Contribuições corporativas.....	87
4.8. Contribuições de interesse das categorias profissionais .....	88
4.9. Contribuições em favor das confederações sindicais .....	89
4.10. Regras constitucionais específicas relativas às contribuições – Alguns detalha- mentos do art. 149.....	90
4.11. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas.....	91
4.12. As taxas e os princípios reitores da tributação .....	92
4.13. Taxas de polícia .....	93
4.14. Taxas de serviço.....	95
4.15. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas .....	96
4.16. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços .....	97
<b>Capítulo V – Limitações ao Poder de Tributar – Imunidades e Temas Afins</b> .....	99
5.1. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da in- terpolação normativa.....	99
5.2. Imunidade e isenções .....	100
5.3. Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação .....	101
5.4. Tipologia exonerativa.....	101
5.5. Conceito e efeitos da imunidade .....	102
5.6. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das nor- mas de tributação .....	103
5.7. Equívocos da doutrina tradicional.....	103
5.8. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco.....	104
5.9. A alternativa proposta .....	105
5.10. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não incidência pura ou natural .....	107
5.11. A questão da não incidência – Conclusão .....	110
5.12. Exoneração nas consequências das normas de tributação – Quantitativas .....	110
5.13. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as preveem.....	110
5.14. Alíquota zero.....	111
5.15. Isenções parciais.....	115
<b>Capítulo VI – Princípios Constitucionais em Matéria Tributária: Explícitos, Derivados e Conexos</b> .....	117
6.1. Princípios expressos e conexos.....	117

6.2.	As funções dos princípios constitucionais .....	118
6.3.	O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais.....	119
6.4.	O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil .....	120
6.5.	Legalidade, lei delegada e medida provisória.....	122
6.6.	Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos .....	123
6.7.	O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material .....	125
6.8.	Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos.....	130
6.9.	Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade .....	131
6.10.	Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei .....	135
6.11.	As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação .....	136
6.12.	A crônica do princípio da legalidade material no Brasil .....	136
6.13.	Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções .....	137
6.14.	Ainda sobre a elisão fiscal – o art. 116 do CTN.....	143
6.15.	O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias .....	148
6.16.	O princípio da não surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos).....	150
6.17.	Exceções ao princípio da anterioridade e prazo nonagesimal.....	151
6.18.	O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária .....	152
6.19.	O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar.....	154
6.20.	O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei .....	156
6.21.	A irretroatividade da lei e a retrospectividade.....	157
6.22.	A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva ...	158
6.23.	Irretroatividade e ação rescisória .....	159
6.24.	O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico .....	162
6.25.	O princípio do não confisco .....	165
6.26.	O princípio do não confisco e as presunções legais .....	167
6.27.	O não confisco como limite ao poder de graduar a tributação .....	171
6.28.	O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio .....	171
<b>Capítulo VII – As Imunidades Genéricas.....</b>		<b>174</b>
7.1.	A imunidade intergovernamental recíproca .....	174
7.2.	A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação.....	181
7.3.	A imunidade dos templos .....	185
7.4.	A imunidade dos partidos .....	186
7.5.	Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais.....	187

7.6.	A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão ...	193
7.7.	Emenda Constitucional nº 75/2013 e a imunidade tributária da produção musical e literomusical nacional.....	197
7.8.	A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços .....	199
7.9.	Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei .....	201
7.10.	O princípio da tributação federal uniforme.....	203
7.11.	Substituição tributária progressiva .....	204
7.12.	Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal.....	205
7.13.	A proibição da isenção heterônoma e as exceções .....	205
7.14.	A revogabilidade das isenções anteriores à Carta .....	207
7.15.	A vedação que proíbe aos Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro .....	207
<b>Capítulo VIII</b>	<b>– Os Impostos da União, os Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....</b>	<b>209</b>
8.1.	Os impostos de importação e exportação .....	209
8.2.	O imposto sobre grandes fortunas.....	210
8.3.	O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI .....	210
8.4.	O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.....	212
8.5.	O imposto sobre a propriedade territorial rural.....	213
8.6.	O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza .....	214
8.7.	O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores .....	215
8.8.	O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos .....	219
8.9.	A progressividade no imposto de renda.....	220
8.10.	A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos .....	220
8.11.	A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda.....	221
8.12.	A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra .....	222
<b>Capítulo IX</b>	<b>– Os Impostos dos Estados e do Distrito Federal – Dos Princípios e Vedações que lhes são Próprios.....</b>	<b>224</b>
9.1.	Uma introdução crítica ao ICMS.....	224
9.2.	O fato gerador do ICMS em sentido genérico.....	227
9.3.	A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados.....	228
9.4.	A meia imunidade .....	228
9.5.	As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33 .....	228



9.6.	Substituição tributária .....	229
9.7.	A alma do ICMS .....	229
9.8.	A não incidência do ICMS nos serviços de comunicação .....	234
9.9.	As alíquotas do ICMS – Competência para fixação.....	234
9.10.	Operações interestaduais a consumidor final noutra Estado.....	235
9.11.	As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS.....	237
9.12.	IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores .....	238
9.13.	O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações).....	238
9.14.	As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos .....	239
9.15.	Heranças e doações e a questão do montante partilhável.....	239
<b>Capítulo X – Os Impostos dos Municípios, Princípios e Vedações que lhes são Próprios....</b>		<b>241</b>
10.1.	O IPTU .....	241
10.2.	A progressividade no IPTU .....	246
10.3.	O IPTU e a “planta de valores” genérica .....	248
10.4.	O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos .....	249
10.5.	ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos.....	250
10.6.	A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis .....	250
10.7.	O imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	252
10.8.	As alíquotas do ISS.....	254
10.9.	A Emenda nº 37/2002 e o ISS.....	255
<b>Capítulo XI – A Repartição das Receitas Tributárias.....</b>		<b>256</b>
11.1.	Formas de repartição das receitas tributárias: direta e indireta .....	256
11.2.	Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais .....	257
11.3.	Participação direta dos Municípios .....	257
11.4.	O fundo ouro .....	257
11.5.	Participações indiretas.....	258
11.6.	O fundo compensatório .....	258
11.7.	A vedação de “negociação”.....	259
11.8.	O papel do Tribunal de Contas.....	260
<b>Parte III</b>		
O Direito Tributário que está no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares Subsequentes		
<b>Capítulo I – O Código Tributário Nacional e o Sistema Tributário Nacional .....</b>		<b>263</b>
1.1.	Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN .....	263
1.2.	O Sistema Tributário Nacional .....	266
1.3.	O caráter jurídico do CTN – Lei complementar <i>ratione materiae</i> .....	266
1.4.	O Sistema Tributário e a Federação .....	267
1.5.	Os dois livros do CTN.....	267

<b>Capítulo II – O Conceito de Tributo.....</b>	<b>268</b>
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos.....	268
2.2. O conceito jurídico de tributo.....	269
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado.....	269
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro.....	269
2.5. O tributo como norma jurídica.....	271
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária.....	272
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido.....	274
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos.....	276
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária.....	277
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática.....	280
2.11. O tributo como obrigação.....	281
<b>Capítulo III – As Espécies Tributárias: os Impostos, as Taxas e as Contribuições.....</b>	<b>282</b>
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante.....	282
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies.....	284
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória.....	286
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica.....	287
3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos.....	289
3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição.....	291
3.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos.....	293
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988.....	297
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados.....	298
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas?.....	303
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas.....	303
3.12. O pedágio, sua natureza jurídica.....	305
3.13. O pedágio, ligeira crônica.....	306
3.14. Pedágio: preço ou taxa?.....	306
3.15. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis.....	307
3.16. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos.....	308

<b>Capítulo IV – A Competência Tributária</b> .....	310
4.1. A competência tributária.....	310
4.2. As limitações da competência tributária.....	311
4.3. Os empréstimos compulsórios no CTN.....	313
<b>Capítulo V – Os Impostos no CTN</b> .....	315
<b>Capítulo VI – Impostos Federais</b> .....	318
6.1. Imposto de importação .....	318
6.2. Imposto de exportação .....	320
6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza .....	321
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira.....	322
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável.....	325
6.6. Lucro real.....	325
6.7. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais .....	326
6.8. Abandono do lucro real.....	327
6.9. Sistema do lucro arbitrado .....	328
6.10. Sistema do lucro presumido .....	328
6.11. Princípios para a apuração do lucro tributável.....	329
6.12. Contabilidade em bases mundiais e tributação de empresas no exterior .....	329
6.12.1. Demonstrações contábeis e Imposto de Renda .....	329
6.12.2. Tributação de empresas no exterior.....	331
6.12.3. A originalidade brasileira .....	332
6.13. Pessoas físicas.....	334
6.14. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	336
6.15. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF .....	340
6.16. Operações de crédito.....	343
6.17. Operações de câmbio .....	345
6.18. Operações de seguro .....	345
6.19. Operações com títulos e valores mobiliários.....	345
6.20. Imposto sobre propriedade territorial rural .....	347
<b>Capítulo VII – Impostos Estaduais</b> .....	350
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	350
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos).....	351
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS.....	354
7.4. O fato gerador genérico do ICMS .....	354
7.5. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas .....	359

7.6.	O princípio da não cumulatividade .....	359
7.7.	A natureza jurídica do princípio da não cumulatividade .....	360
7.8.	O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo.....	360
7.9.	As exceções constitucionais ao princípio da não cumulatividade.....	361
7.10.	O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período .....	364
7.11.	O princípio da não cumulatividade e a tendência jurisprudencial .....	366
7.12.	ICMS – Como apurar o valor devido .....	370
7.13.	A Lei Complementar nº 87/1996 – Texto básico do regramento do ICMS – Alguns apontamentos .....	371
7.14.	A tributação dos combustíveis e da energia elétrica .....	380
7.15.	A tributação do transporte de passageiros.....	380
<b>Capítulo VIII</b>	<b>– Impostos Municipais .....</b>	<b>383</b>
8.1.	Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações) .....	383
8.2.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU .....	386
8.3.	Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.....	389
<b>Capítulo IX</b>	<b>– As Taxas no CTN.....</b>	<b>400</b>
<b>Capítulo X</b>	<b>– As Contribuições de Melhoria no CTN .....</b>	<b>403</b>
<b>Capítulo XI</b>	<b>– Conceito, Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação da Legislação Tributária .....</b>	<b>405</b>
11.1.	A compreensão da expressão “legislação tributária”.....	405
11.2.	O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal .....	406
11.3.	A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal .....	407
11.4.	A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos .....	408
11.5.	A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos .....	409
11.6.	As práticas reiteradas das autoridades administrativas .....	410
11.7.	As questões relativas aos tratados internacionais.....	410
11.8.	Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988.....	411
11.9.	A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna.....	412
11.10.	A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios.....	413
11.11.	A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional, celebrado pela República Federativa do Brasil, obrigar Estados e Municípios .....	414
11.12.	O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal.....	415
11.13.	Isenção heterônoma e isenção convencional.....	415
11.14.	Os tratados na jurisprudência brasileira .....	419
11.15.	A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária.....	422

11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária .....	424
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100.....	424
11.18. O princípio da anterioridade no CTN.....	424
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador .....	425
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte .....	427
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária .....	430
11.22. Regras de integração da legislação tributária.....	432
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado .....	434
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado .....	437
11.25. A interpretação literal em Direito Tributário – Quando é aplicável.....	438
11.26. O <i>in dubio pro contribuinte</i> .....	438
<b>Capítulo XII – A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos e a Responsabilidade Tributária segundo o Código Tributário Nacional .....</b>	<b>440</b>
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória.....	441
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum .....	442
12.3. A natureza não patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos ...	442
12.4. A conversão da multa em crédito tributário .....	443
12.5. O fato gerador da obrigação principal.....	443
12.6. O fato gerador da obrigação acessória.....	444
12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes” .....	445
12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições” .....	447
12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias .....	447
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição .....	448
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores.....	449
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica”.....	450
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária .....	451
12.14. Herança de competência tributária .....	452
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis.....	453
12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória.....	454
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir ...	455
12.18. A solidariedade obrigacional passiva .....	455
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal .....	456
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal? .....	457
12.21. A tributação dos atos ilícitos .....	458
12.22. O domicílio em matéria fiscal .....	458
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária.....	460
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição.....	462
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto.....	465

12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual.....	465
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis .....	468
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN.....	470
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias.....	471
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção .....	471
12.31. Substituição tributária “para frente” .....	474
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão .....	476
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis.....	477
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remitentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio .....	477
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais.....	478
12.36. A responsabilidade de terceiros .....	480
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado .....	482
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal .....	486
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo.....	487
12.40. Tipos de sanção.....	489
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário? .....	489
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações.....	490
12.43. Multas confiscatórias.....	491
12.44. A personalização das multas fiscais .....	494
12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal .....	495
<b>Capítulo XIII – A Constituição do Crédito Tributário e a Disciplina do Lançamento Segundo o CTN – Tipos de Lançamento.....</b>	<b>500</b>
13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional .....	500
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário .....	501
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal.....	502
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões .....	502
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário .....	504
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade.....	505
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário.....	505
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos reparatorios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade.....	507
13.9. Lançamento e intercadência cambial .....	508
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade .....	508
13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas.....	509
13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de autoexecutoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo .....	511

13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento .....	512
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração.....	512
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível .....	516
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração.....	517
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais .....	517
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício ...	520
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Impropriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados.....	522
13.20. O valor e o desvalor do chamado lançamento por homologação ou autolancamento.....	524
<b>Capítulo XIV – A Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....</b>	<b>527</b>
14.1. A moratória e o parcelamento.....	529
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário .....	531
14.3. A concessão de medidas liminares.....	534
14.4. As reclamações e os recursos administrativos.....	535
<b>Capítulo XV – A Extinção do Crédito Tributário.....</b>	<b>539</b>
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário .....	539
15.2. O dia e o local do pagamento.....	540
15.3. Natureza jurídica do juro moratório.....	542
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos.....	543
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações .....	543
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento.....	544
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica.....	544
15.8. Imputação de pagamento .....	545
15.9. A consignação judicial do pagamento .....	546
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito.....	547
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória .....	548
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição.....	550
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição ...	558
15.14. A compensação – Conceito.....	558
15.15. Tipos de compensação .....	559
15.16. A transação .....	561
15.17. A remissão.....	564
15.18. Distinção entre isenção e remissão.....	565
15.19. A prescrição e a decadência.....	565

15.20. A conversão do depósito em renda.....	570
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda ...	571
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º .....	571
15.23. A decisão administrativa irreformável .....	572
15.24. A decisão judicial passada em julgado .....	572
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e consequências relativamente às ações rescisórias .....	573
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF .....	574
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica.....	575
<b>Capítulo XVI – A Exclusão do Crédito Tributário.....</b>	<b>577</b>
16.1. Impropriedade gritante .....	577
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN .....	578
16.3. A questão da revogabilidade das isenções.....	580
16.4. Isenções autônomas e heterônomas.....	581
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais .....	581
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN.....	581
<b>Capítulo XVII – Garantias e Privilégios – Administração Tributária – Certidões Negativas .....</b>	<b>583</b>
17.1. Prólogo – Os conceitos .....	583
17.2. A exposição do patrimônio particular .....	587
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes.....	588
17.4. Fraude à execução fiscal.....	589
17.5. Créditos tributários e juízos universais.....	590
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?.....	592
17.7. A massa falida e os créditos tributários .....	593
17.8. O inventário e os créditos tributários .....	593
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários .....	593
17.10. Término de inventário, concessão de recuperação judicial e fim de falência em face da Fazenda Pública .....	594
17.11. O perigo das constrições oblíquas .....	594
17.12. Administração Tributária .....	595
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites.....	596
17.14. O sigilo bancário .....	596
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	599
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade.....	602
17.17. O dever de informar e os seus limites.....	603
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes .....	604



17.19. A prova emprestada no Direito Tributário .....	606
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado .....	606
17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal .....	609
<b>Bibliografia</b> .....	617